



O CORPO COMO CATEGORIA PARA ANÁLISE DO ESPAÇO GEOGRÁFICO? REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DAS PERIFERIAS A PARTIR DAS MULHERES

Danielle Willemann Sutil de Oliveira¹

RESUMO

O trabalho consiste em uma reflexão sobre a possibilidade do corpo, em sua diversidade de existência, ser categoria de análise para refletir sobre a produção do espaço, principalmente em localidades subalternizadas/periferizadas. Para isto, busca demonstrar que, através de seus corpos, mulheres das mais diferentes etnias, faixa etárias e sexualidades lutam para conquistar sua casa, trabalho e a possibilidade de viver nos centros urbanos, mobilizando-se por meio de movimentos sociais, clubes de mães, ações solidárias, ocupações, dentre outras possibilidades. Propor o corpo como categoria permite uma mudança de ótica para observar a produção do espaço geográfico, registrando os territórios construídos no campo do cotidiano, a partir de ações e identidades que atravessam gerações. A metodologia adotada neste artigo refere-se a uma discussão teórica extensa sobre o tema, baseada em autoras e autores que debatem o significado do corpo para a sociedade e de uma leitura crítica de trabalhos na geografia que utilizam outras categorias para explicitar a importância “dos outros” na produção do espaço. Além disto, fiz uso do diário produzido e publicado por Tiana, liderança feminina do bairro Sítio Cercado/Curitiba/PR, e de anotações/observações cotidianas, produzidas em minha relação com o bairro. Exemplificando a discussão proposta utilizo a ocupação do Xapinhã (ocorrida no bairro Sítio Cercado no fim da década de 80) como marco de análise, demonstrando que ao considerar o corpo dos sujeitos que ali se encontravam compreendemos quem, de fato, possibilitou este movimento e a conquista do território ocupado.

Palavras-chave: Corpo, Produção do Espaço, Mulheres, Periferias, Categorias.

RESUMEN

El trabajo consiste en una reflexión sobre la posibilidad del cuerpo, en su diversidad de existencia, ser categoría de análisis para reflejar sobre la producción del espacio, principalmente en lugares subalternados/periféricos. Para esto, busca demostrar que, mediante sus cuerpos, mujeres de diferentes etnias, grupos de edad y sexualidades luchan para conquistar su casa, trabajo y la posibilidad de vivir en los centros urbanos, movilizándose a través de movimientos sociales, clubes de madres, acciones solidarias, ocupaciones, entre otras posibilidades. Proponer el cuerpo como categoría permite una transformación de óptica para observación del espacio geográfico, registrando los territorios construidos en el campo del cotidiano, a través de acciones e identidades que cruzan generaciones. La metodología adoptada en este artículo se refiere a una extensa discusión teórica sobre el tema, con base en autoras y autores que debaten el significado del cuerpo para la sociedad y de una lectura crítica de trabajos de geografía que utilizan otras categorías para hacer explícito la importancia “de los otros” en la producción del

¹ Doutoranda de Geografia da Universidade Federal do Paraná. E-mail: danniwillemann@gmail.com



espacio. Además, hice uso del diario producido y publicado por Tiana, una líder femenina del barrio Sítio Cercado/Curitiba/PR, y de anotaciones/observaciones cotidianas, producidas en mi relación con el barrio. Ejemplificando la discusión propuesta utilizo la ocupación del Xapinhã (ocurrida en el barrio Sítio Cercado en fin de la década de 80) como marco de análisis, demostrando que cuando se considera los cuerpos de los sujetos que ahí se encuentran comprendemos quién, de fato, hizo posible este movimiento y la conquista del territorio ocupado.

Palabras clave: Cuerpo, Producción del espacio, Mujeres, Periferias, Categorías

INTRODUÇÃO

A partir dos diferentes estares e seres no mundo as epistemologias, ontologias e percepções da realidade vão sendo formadas e construídas. É possível afirmar que, a depender do ponto de partida, construiremos explicações e análises geográficas ancoradas em categorias, conceitos e importâncias variadas. Ou seja, por meio de nossa formação (seja na academia seja por nossa trajetória de vida) escolhemos que aspectos da realidade são estruturantes para nossa leitura do espaço, fugindo de uma leitura homogeneizante e monolítica da realidade.

Neste sentido, este trabalho apresenta uma reflexão sobre a possibilidade do corpo, em sua diversidade de existência, ser categoria de análise para refletir sobre a produção do espaço, principalmente em localidades subalternizadas/periferizadas. Para isto, parto da constatação de que, através de seus corpos, mulheres das mais diferentes etnias, faixa etárias e sexualidades, lutarão para conquistar sua casa, seu trabalho e a possibilidade de viver nos centros urbanos, se mobilizando por meio de movimentos sociais, clubes de mães, ações solidárias, ocupações, dentre outras possibilidades.

O diálogo proposto refere-se a parte de um trabalho - ainda em desenvolvimento - de doutorado, no qual, por meio da análise feminista e interseccional, viso comprovar que as mulheres periferizadas são protagonistas na produção dos diferentes territórios do cuidado de seus bairros. Tese nascida e alimentada da relação intrínseca entre esta pesquisadora e seu local de vivência (bem como de seus familiares/antepassados), que permite constatar a invisibilização da trajetória das mulheres periferizadas, que serão diminuídas/ocultadas pela ciência produzida desde a perspectiva/epistemologia ocidental hegemônica.

Ao propor o corpo enquanto categoria para analisar o espaço geográfico, estou propondo uma mudança de ótica para observar a produção do mesmo, registrando os territórios construídos no campo do cotidiano, originado de ações e identidades que



atravessam gerações, alocadas em corpos não considerados - por fugirem ao universal. Neste artigo, trago o embasamento que me leva a tal consideração, destacando-o como importante ferramenta para construir reflexões sobre territórios que se formam longe da lógica do universal.

Apresento primeiramente a metodologia pela qual embaso minha argumentação, expressando o momento no qual a pesquisa ainda se encontra. Em seguida, no aporte teórico, explico - a partir da produção bibliográfica de diferentes autoras e autores - a produção do sujeito outro, bem como seu ocultamento e as implicações desta construção para o surgimento/consolidação de uma ciência esvaziada e monolítica. Por fim, no item resultados e discussão, traço um debate acerca da importância de utilizar novas categorias de análise na pesquisa geográfica, para assim abarcar a diversidade existente na realidade. Utilizo como exemplo a ocupação do Xapinhall, ocorrida no fim da década de 80 no bairro Sítio Cercado/Curitiba/PR, resultado de um movimento que visava garantir a moradia para diversas famílias trabalhadoras que não possuíam meios para alcançar este sonho.

METODOLOGIA

Para tecer este artigo parto de uma extensa discussão teórica sobre o tema, baseada em autoras e autores que debatem o significado do corpo para a sociedade e de uma leitura crítica de trabalhos na geografia que utilizam outras categorias para explicitar a importância “dos outros” na produção do espaço. Do mesmo modo, utilizo observações cotidianas e analiso trechos de um diário produzido e publicado por Tiana, uma, dentre várias, lideranças femininas da ocupação do Xapinhall (periferia curitibana), constatando que as ações empreendidas por estas em seus bairros visava/visa garantir as condições necessárias para que pudessem/possam continuar vivendo nestas localidades.

É importante destacar que as considerações aqui tecidas encontram-se, ainda, em construção, uma vez que minha pesquisa de doutorado não está concluída. Desta forma, estas páginas se configuram como um esforço para apresentar resultados parciais de um trabalho em andamento, socializando esta construção, debatendo seu conteúdo e as possibilidades abertas a partir do mesmo.

Para melhor exemplificá-la escolhi como recorte espacial e temporal a ocupação do Xapinhall, processo significativo na formação do bairro Sítio Cercado/Curitiba. Esta



ocupação – realizada no fim da década de 80 e início da década de 90 – representa um evento significativo no modo como o espaço da periferia curitibana foi sendo construído. A leitura analítica deste evento a partir da categoria corpo permite problematizar quem liderou este movimento, dando voz e expressão para estes e estas, rompendo assim com a construção monolítica e esvaziada presente nos documentos oficiais.

REFERENCIAL TEÓRICO

A separação entre os “outros” (MORRISON, 2019), corporificados e excluídos da academia, e o sujeito universal, que representa aquele que não necessita ser corporificado, é base para o histórico e constante apagamento da diversidade de sujeitos e sujeitas que existem, resistem e produzem espacialidades no mundo. Tal invisibilização parte de uma concepção epistemológica eurocentrada de mundo, na qual o conhecimento passa a ser tratado no singular. Segundo Maldonado-Torres (2010), essa ideia de que as pessoas não são capazes de sobreviver sem as conquistas da Europa representa um dos pilares mais importantes da modernidade. Logo, a produção da ciência hegemônica é centralizada no pensamento europeu, entendido como o único conhecimento racional possível, numa visão que também exclui as inteligibilidades elaboradas pelas mulheres, pelos colonizados, pela classe trabalhadora e, também, as construídas em outras regiões do planeta.

Suprimir os conhecimentos produzidos por qualquer grupo oprimido facilita, de acordo com Collins (2019), o exercício do poder por parte dos grupos dominantes. Isto porque ao não reconhecer que grupos subalternizados produzem conhecimento, é possível excluí-los das linhas e documentos oficiais da história e geografia da humanidade. Autoras como Oyěwùmí (2021), Spivak (2018) e Gonzalez (2020) denunciam que a hegemonia produzida na ciência e na sociedade, dentro do contexto da produção colonial, retira do sujeito subalterno a escrita, a história e a voz, fazendo com que a perspectiva europeia, e mais atualmente a estadunidense, domine o modo como as informações, descrições e interpretações da realidade são realizadas.

Ora, este ocultamento gera uma descomplexificação da realidade, deixando à margem quem não corresponde ao padrão, normalizado e normatizado pela figura do sujeito universal (masculino, cisheteronormativo, branco, proprietário, europeu). Por



isto, apesar de estarmos inseridos numa sociedade atravessada e constituída por hierarquias de raça, classe, gênero, sexualidade, dentre outras divisões baseadas em diferenças corporais visíveis, o sujeito universal não será explicado a partir de seu corpo, condição contrária da qual encontra-se o grupo dos “outros”, sempre lidos a partir de seus corpos.

Constata-se então que ao dividir os corpos entre sujeitos e “outros”, o sistema capitalista exclui de sua gama de representação aqueles que fogem ao que é reconhecido ou aceito como norma. Este reconhecimento interfere na forma como interagimos, produzimos e entendemos as territorialidades e espacialidades de nosso cotidiano. Neste sentido, a produção dos outros serve, segundo Morrison (2019), como critério de separação entre superiores/inferiores, eu/eles, retirando a possibilidade deste segundo grupo se sentir dono de seu próprio discurso, de significar sua própria trajetória, sua identidade, geografia, e, sobretudo, de registrá-las e explicá-las para o restante da sociedade.

Por isto a construção do discurso – e de quem discursa sobre – será central para compreender a exclusão e inferiorização de diferentes sujeitas e sujeitos lidos na posição de subalternidade, uma vez que lhes é negado o direito de significar-se, sendo colocados em padrões anteriormente construídos para validar a separação entre grupos que detém e que não detém poder – hierarquização realizada a partir das características biológicas dos sujeitos (OYĚWÙMÍ, 2021).

Estas estruturas de hierarquização, perpetuadas até a atualidade, fazem com que a produção do espaço seja atravessada necessariamente pelas diferenciações e possíveis privilégios trazidos pela corporalidade do sujeito. Para além de um imaginário, ela materializa-se nas políticas de precarização (BUTLER, 2017) e nas necropolíticas (MBEMBE, 2016) às quais estes grupos são submetidos pela falta de políticas e programas públicos, expressos na negação do emprego – ou de uma menor rentabilidade nos mesmos postos de trabalho -, na exposição à fome, na falta de moradia, no não acesso à educação formal – ou a apenas uma parte esvaziada dela-, entre outros.

Logo, apesar da classificação corporal não ser atemporal ou universal (visto que se modifica com o tempo e com as necessidades do modo de produção capitalista), a mesma se instaura no mundo por meio da hegemonia europeia, consolidando-se através do racismo, do patriarcado, da cisheteronormatividade, do capacitismo e da classe – esta última relacionada, principalmente, ao espaço que os corpos ocupam na sociedade. Aqui



observa-se o poder do discurso, sustentado pelo pressuposto da verdade única, cujas condições materiais de produção foram ocultadas, levando à naturalização deste processo.

Morrison (2019) ao falar do processo de outremização reforça que o estrangeiro (o outro) jamais é desconhecido. Na realidade, ele serve como “sinal de alarme”, utilizado para explicar e justificar socialmente o lugar de não pertencimento das pessoas marcadas corporalmente, uma vez que elas delimitam a fronteira entre estar/ser visível e o estar/ser invisível na sociedade. Apesar de todos estarmos no mundo e construirmos espacialidades, apenas a produção realizada por sujeitos universais será considerada, nomeada e reconhecida. Enquanto isto, do outro lado da história e da geo-grafia, milhares de pessoas, que vão configurando o espaço a partir de suas mãos, trajetórias e lutas, permanecem no anonimato, afastadas da legitimidade do seu papel na produção e organização do espaço geográfico.

O reconhecimento e ocultamento destas produções manifesta-se como uma, dentre múltiplas, relações de poder em nossa sociedade. Para Foucault (2019) estas relações se atravessam, inexistindo a possibilidade de exercê-la sem uma determinada “economia dos discursos da verdade”. De modo prático, somos submetidos à produção de uma verdade através do poder, na mesma medida em que, para exercer o poder, necessita-se desta criação.

Esse processo, somado à sua materialização – que ocorre a partir das ações e das regras sociais-, trabalha no sentido de excluir e/ou diminuir saberes e conhecimentos produzidos pelos “outros”. Gonzalez (2020) expressa esta “batalha discursiva” através das noções de consciência e memória. Segundo a autora,

[...] Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por ai que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que a memória inclui. (p. 78)

A autora explica pelos termos consciência e memória a disputa existente na produção da verdade, demonstrando que no plano do cotidiano somos apresentados a diferentes conjuntos de verdades – surgidos do conhecimento científico, da medicina, da ancestralidade – que são classificadas como falsas/crendices ou verdadeiras/científicas. Para ela, à medida em que a consciência, como lugar de exclusão, se expressa como



discurso dominante, a mesma busca ocultar a memória, que ancora os saberes ancestrais passados de geração a geração, que fogem à norma padronizada, captados no cotidiano.

Ao contrapor consciência e memória, a autora elucida a relação continuamente conflituosa entre as tentativas de ocultamento dos “outros” e suas evidenciações colocadas nas “brechas”, fruto da construção e resistência diária destes sujeitos na sociedade. Collins (2019) demonstra esta disputa a partir da presença dos chamados saberes coletivos de mulheres negras, que desafiaram duas interpretações predominantes a respeito dos grupos oprimidos: de que grupos subordinados se identificam com os poderosos e de que os oprimidos são menos humanos que os dominantes, sendo menos capazes de interpretar suas experiências.

São estes saberes, memórias, verdades incidentes, que possibilitam a resistência dos grupos subalternizados, reivindicando seu lugar no espaço e território produzido. Todas essas populações (de mulheres, escravos, crianças, idosos e enfermos) estão associadas às suas formas corporais, protagonizando, a partir de suas ações, modos outros de produzir espaço – que fogem às análises de quem observa o espaço desde uma perspectiva monolítica.

A partir disto, demonstra-se que o corpo foi elemento fundamental para estabelecer as raízes e manutenção do modo de produção capitalista uma vez que, por meio da hierarquização de sujeitos, a colonização, expropriação e desumanização de determinados grupos torna-se possível, força motriz de um sistema que depende da redução do ser humano (outremizado) em máquina/mão de obra. Todavia, para manter tais subdivisões intactas, necessita ocultar/ignorar a importância da corporalidade para a constituição da sociedade, produzindo verdades desde uma perspectiva universal. Os estudos produzidos nessa perspectiva tornam os sujeitos em seres abstratos e universais.

A consequência para a geografia desdobrou-se na desconsideração dos atravessamentos destas estruturas nos corpos dos sujeitos que irão agir, reagir e produzir espaços de acordo com as interferências causadas por estas estruturas – seja a partir da resistência, seja a partir das violências a que estão expostos. Silva (2009) expressa que

[...] as ausências e os silêncios de determinados grupos sociais são resultantes de embates desenvolvidos na comunidade científica, que criam hierarquias e dependências, ratificando o poder de grupos hegemônicos e, conseqüentemente, de suas próprias teorias científicas. (p. 25)

Assim, ainda que por muito tempo gênero, raça, classe, sexualidade e outras hierarquizações sociais tenham sido vistas pela geografia como variáveis não espaciais,



tornou-se evidente, com as geografias feministas e de gênero, os impactos causados por estas variáveis na produção, conformação e transformação do espaço. Reconhecer a multiplicidade de corpos, bem como as espacialidades e territorialidades criadas a partir de suas resistências, permite romper com as invisibilizações, contextualizando os fenômenos espaciais, fator que auxilia na explicação das contradições e materialidades dispostas.

Por fim, ao expressar que pensar é pensar “com” palavras, Valle (2008) reforça que palavras/expressões não representam símbolos neutros, incorporando sentidos de acordo com a localidade e o tempo em que são utilizadas. Indo neste sentido a constituição de categorias e conceitos para a análise da realidade partirá da forma como interpretamos e expressamos o mundo, sendo constituídas por significados.

Por também serem frutos da sociedade, as categorias não são – e nem devem ser – estáveis, universais e não modificáveis. Logo, apesar da conformação de algumas categorias base (vistas como essenciais), a produção do conhecimento necessita da constante interpretação, modificação e renovação destas para organizar as análises do espaço – de acordo com as necessidades do período.

Em outras palavras, a cada novo movimento de ruptura com a ciência hegemônica, um outro arcabouço de categorias de análise é criado/interpretado, permitindo investigar e analisar de modo contextualizado os novos desafios que se apresentam. Harding (2019) defende que o esforço inicial da teoria feminista foi justamente estender e reinterpretar as categorias de diversos discursos teóricos para tornar visíveis as atividades e as relações das mulheres. Esta reinterpretação passou pela desconstrução do sujeito universal e revisitou inúmeros temas, até então explicados e consolidados, demonstrando que existia uma falsa premissa de neutralidade e/ou homogeneidade dos sujeitos apresentados.

Parece plausível afirmar que toda ciência cria e revisa suas categorias de análise a partir de suas necessidades. Na geografia não poderia ser diferente. Aqui aponto a possibilidade do corpo - como regramento, organizador, lócus da resistência e alvo das políticas de precariedade e necropolíticas - ser categoria para compreender a produção do espaço na geografia, sobretudo aqueles produzidos pelos perifêrizados. Considerando o exposto, defendo a potencialidade do corpo como categoria que agrega e catalisa as diferentes hierarquizações de modo interseccional, uma vez que os corpos são o objeto, na sociedade ocidental, da maior parte das classificações existentes.



No próximo item aprofundo a discussão sobre a utilização de outras categorias de análise para observar e compreender a diversidade existente no espaço e em sua produção, utilizando como exemplo a ocupação do Xapinhall – Sítio Cercado/Curitiba, ocorrida no fim da década de 80, que desperta, até hoje, inúmeros debates. Por meio de um diário (escrito e publicado por uma liderança feminina da época) e de trabalhos sobre o tema pretendo demonstrar que ao considerar o corpo dos sujeitos que ali estavam tem-se uma nova perspectiva de como aquele espaço foi produzido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Anteriormente constatou-se que a utilização de categorias de análise que não contemplam a diversidade dos sujeitos existentes no espaço gera uma leitura espacial igualmente homogênea e/ou monolítica. Considerar diferentes categorias para construir explicações científicas pode auxiliar na desnaturalização da realidade, o que possibilita compreender os fenômenos sob outras perspectivas e, assim, romper com espacialidades aparentemente naturais.

A premissa básica do processo de contextualização da ciência (partindo das epistemologias feministas) é a de que nada no mundo está posto de modo neutro ou a-histórico. Assim, o espaço é e foi construído a partir das disputas de poder entre diferentes grupos, permeado por hierarquizações sociais constituídas ao longo dos séculos por meio da exclusão e ocultamento de quem foi corporificado.

É neste sentido que o corpo se transforma em uma importante categoria para a análise do espaço geográfico, uma vez que a existência dos povos subalternizados está completamente vinculada à proteção e garantia de sobrevivência de seus corpos, atingindo debates acerca de políticas públicas de alimentação, moradia e trabalho, bem como a necessidade de cessar políticas de extermínio e precariedade (BUTLER, 2019) que lhes atingem direta ou indiretamente.

Basta que se observe atentamente as experiências de resistência cotidianas tecidas pelas mulheres periferizadas em seus bairros, exemplificadas na organização de mutirões, na exigência de espaços de educação formal para seus filhos e/ou na ocupação de terrenos ociosos para garantir a moradia. Ao reivindicarem visibilidade, elas utilizam seus próprios corpos – em marcha e ocupação – contra as políticas de precariedade produzidas pelo Estado.



Tais práticas, transmitidas de modo intergeracional, demonstram que as conquistas dos bairros periféricos não são resultado de boas práticas políticas ou olhares compadecidos de caridade, mas são frutos das reivindicações e organizações massivas de seus moradores, principalmente mulheres que, sendo chefes de seus lares, sabem que não há tempo a perder.

As periferias brasileiras são atravessadas por políticas de precariedade que atingem – antes e primeiramente – corpos marcados como negros, femininos e LGBTQIA+. Enfatizar a existência desta diversidade na periferia não corresponde a um preciosismo acadêmico, mas caminha no sentido de defender que a constituição destes espaços ocorrem justamente por conta de sua presença, seja através dos ataques sofridos seja pelas resistências trilhadas contra tais políticas.

Por este motivo não basta observar de modo superficial as barricadas em rodovias, as ocupações de terrenos e as caravanas para ir até a prefeitura, é preciso apurar o olhar e perceber que corpos encontram-se majoritariamente nestas situações, quem reivindica o direito de existir – e o direito de seus descendentes existirem. A focalização de outras lentes para observar e analisar a sociedade e sua produção espacial parte também de novas categorias, uma vez que acrescentam outros ordenadores para compreender a realidade apresentada, neste caso: o corpo.

Ora, peguemos por exemplo a produção espacial da periferia de Curitiba, Paraná, marcada por um rápido crescimento ao longo das décadas de 1970 e 1980, fruto do êxodo rural que atinge o interior do Paraná neste período. Sem renda fixa, com poucos recursos e malas repletas de “esperançares”, famílias inteiras se veem impelidas a sair de suas residências rurais e buscar melhores condições de vida na capital paranaense – ocupando as margens da cidade por não terem condições de se manter em bairros já consolidados.

Neste contexto forma-se o bairro Sítio Cercado, localizado na porção sul da cidade, criado a partir da ocupação e chegada destas famílias. Sua consolidação ocorre através da construção de diferentes conjuntos habitacionais destinados a moradia popular e também por meio de ocupações urbanas de terrenos ociosos – como é o caso da ocupação do Xapinhã. Essas ocupações, segundo Oliveira (2018), surgem como expressão da intensificação das relações capitalistas e como resposta à opção do Estado em negar as condições mínimas de sobrevivência para muitos destes sujeitos. Isto



porque, mesmo com programas de habitação da COHAB, muitos não terão condições materiais de acesso aos mesmos.

A realidade excludente que se apresenta leva parte destas famílias à organização coletiva para que possam ocupar os chamados vazios urbanos, a partir de reuniões entre diferentes organizações e associações de bairros, tendo as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) como grande parceira na mobilização. Souza (2017) destaca que

[...] apesar da ocupação do Xapinhal ter ocorrido em 09 de outubro de 1988, a sua articulação tem início dois anos antes em 1986. Fruto da articulação e mobilização de 16 associações de bairro, o movimento tinha como objetivo principal a resolução da falta de moradia nos bairros do Xaxim, Pinheirinho, Sítio Cercado e Alto Boqueirão. (p. 23)

Tal fato é também destacado na abertura do diário de Tiana (Sebastiana de Oliveira Motta), que reuniu de modo escrito a angústia, a luta e o esperar das famílias que materializaram a ocupação do Xapinhal. Suas reflexões acerca deste período foram publicadas na forma de um livro intitulado “Diário de Tiana: uma experiência de fé na periferia de Curitiba”. No início de seu diário Tiana destaca:

[...] Neste momento, estou com muito medo, é chegada a hora tão esperada... Depois de aproximadamente 2 anos de reuniões, discussões, organização do povo em busca da moradia, da casa própria, esgotados todos e qualquer meio legal de conseguir a terra, nos preparamos para ocupar a terra... (MOTTA, 1991, p. 05)

Percebe-se que as ações desenvolvidas por este grupo mobilizado visou suprir a alta demanda por moradia que os poderes municipais – em específico da COHAB – não fizeram. O trecho demonstra que ao longo de dois anos as lideranças se reuniram, buscaram alternativas junto aos órgãos governamentais, comprovaram a existência de terrenos ociosos que poderiam ser de interesse para realização de moradia popular, enfim, a ocupação que sucedeu este período constitui a alternativa final para uma população que, cada dia mais, se via desesperada para a conquista da casa própria.

Destaca-se que, já no início, a ocupação ocorreu de modo bem organizado, com comissões pensadas para fortalecer e gerir o movimento até que conquistassem seu objetivo. Tiana expressa que a maior parte dos integrantes ficaram sabendo do local exato da ocupação quando faltavam aproximadamente 2 horas para que a mesma ocorresse, impossibilitando o vazamento de informações ou questões similares.

Observando as notícias deste período somos apresentados a uma visão homogênea destes integrantes, ficando ocultado os corpos que ali se encontravam. Do mesmo modo, os documentos oficiais e parte das análises encontradas em artigo pouco



avancam em demonstrar a composição real desse movimento – que representa um marco na discussão de políticas habitacionais em Curitiba. Por isto, considero necessário inserir a categoria corpo para analisar a produção deste espaço, acreditando que esta informação contextualiza e permite um olhar mais apurado sobre o mesmo.

No diário analisado, desde o início, é possível perceber uma presença massiva de mulheres no movimento. Por exemplo, no primeiro dia de montagem das barracas Tiana expressa que “[...] “Edinar me convidou para ficar com ela no seu barraco. [...] Eu e Edinar, fomos descansar no barraco de uma vizinha.” (MOTTA, 1991, p. 9). Esta presença também encontra-se na memória e relato das ocupantes daquele período, que destacam em suas falas a presença ativa e efetiva das mulheres. Elas estavam à frente da organização, participavam dos grupos de vigília e segurança, iam para residências próximas para que pudessem cozinhar para o coletivo, enfim, mobilizaram e possibilitaram a permanência no local.

Em entrevista realizada em março de 2020 Lina, uma das lideranças ao lado de Tiana na época, destacou que precisou deixar seus filhos com a sogra para que pudesse estar lá ocupando, passando as primeiras semanas sem contato com os mesmos – pois não podia sair da ocupação. Com isto percebe-se que estas mulheres passaram por diferentes dificuldades (fossem estas físicas ou emocionais) por terem esperança de conquistar a moradia, que renderia maior tranquilidade e estabilidade para que pudessem criar suas famílias. Esta esperança, longe de ser passiva, se constituiu como um movimento de esperar, no qual as classes populares, segundo Freire (2011), exaltam perspectivas e possibilidades de um futuro e mundo diferente, que lhes possibilite acesso pleno à sociedade, gerando movimentos organizados e fortalecidos para conquista de seus direitos.

Tiana relata também que após meses de reuniões e um período de inércia – devido à realização das eleições municipais – os ocupantes construíram pequenas casas de madeira, começando a se estabelecer no local de modo mais efetivo. Neste momento ocorre a renovação do quadro de coordenadores, destacando que [...] numa noite do mês de março, assembleia para apresentar os novos coordenadores de quadra, na maioria mulheres. Afinal, as mulheres sempre assumiram a luta. Agora que estamos nas casas começam a aparecer homens-maridos. (MOTTA, 1991, p. 29)

Lina conta que foi antes (e sozinha) por acreditar que o movimento poderia dar certo, sendo seguida, após um tempo, por seu marido, que no início era cético sobre



qualquer possibilidade de vitória. Novamente temos indícios sobre quais rostos, vozes e corpos que podiam facilmente ser encontrados nesta organização. Parece correto afirmar que, inicialmente, foram as mulheres que acreditaram na possibilidade de conquistar seu terreno, que permaneceram dias a fio em lonas pretas buscando garantir o direito mínimo de sobrevivência, que não desistiram ao longo dos meses para que seus filhos e netos tivessem uma casa para residir e se desenvolver. Apontar a produção da vila Xapinhal numa perspectiva homogênea/neutra significa ignorar os indícios que apontam para quem esteve nas trincheiras e como isto influenciou na organização deste espaço/território.

Quando, enfim, a conquista da terra chega e a divisão oficial das terras é realizada, Tiana expressa que “[...] Esta é apenas uma etapa vitoriosa. Agora é lutar por água, luz e construção de uma casa digna para morar. Muita luta vem pela frente.” (MOTTA, 1991, p. 40). Assim, torna-se perceptível que o movimento pelo direito à cidade nas periferias não para com a conquista do terreno, mas avança em outras direções, que buscam efetivar diferentes políticas públicas na forma de escolas, praças, asfaltos, saneamento básico, hospital, terminais de ônibus, etc.

Nos últimos trinta anos inúmeras conquistas podem ser destacadas pela comunidade do Xapinhal. Desde a criação de grupos como a ACNAP (Associação Cultural de Negritude e Ação Popular) que mobiliza diferentes sujeitos e ações para combater o racismo e fortalecer uma sociedade antirracista, passando pela abertura de dois Centros de Educação Infantil para a região, instalação de energia, asfalto e linhas de ônibus, chegando à conquista da regularização de seus lotes no ano de 2015. Em todos estes momentos é possível destacar a presença de lideranças femininas, ditando ritmos e prioridades, se colocando como o exemplo para que as gerações seguintes continuassem as lutas pela ampliação de futuros a serem trilhados.

Para Zibechi (2015) a lógica dos territórios criados nestas localidades se desdobra no caminhar, logo, ao conquistarem seus terrenos passam a mobilizar sua força para a construção de outras ferramentas que possibilitem um viver pleno na sociedade. O autor também evidencia que os verdadeiros protagonistas do mundo popular, naquele momento (década de 80 e 90), eram as mulheres-mães mobilizadas em seus bairros para assegurar a vida cotidiana, ajudando a demonstrar que a ocupação do Xapinhal não se constitui como exceção à regra, mas representa um dentre os inúmeros



exemplos, espalhados pela América Latina, de comunidades construídas sob uma forte orientação, luta e mobilização de mulheres.

Considerar os corpos dos sujeitos na produção do espaço, em especial espaços periféricos e construídos por grupos subalternizados, implica em compreender a diversidade ali presente, como também auxilia a explicar as dinâmicas outras que se desenrolam nestas localidades. Como neste caso em que podemos dizer que os eventos desdobrados da ocupação do Xapinhã possuem relação com as diversas e diferentes mulheres que em seu cotidiano empreendem ações para garantir sua vida e a vida dos seus.

Neste item apresentei as possibilidades de explicações e contextualizações outras para a produção do espaço quando consideramos o corpo dos sujeitos que se movimentam (construindo seus territórios). É por esta perspectiva que o corpo pode se tornar categoria de análise, auxiliando a construir reflexões baseadas na diversidade e na resistência de quem foi histórica e geograficamente ocultado, alijado de seu papel na construção do espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das breves considerações tecidas, entendo que territorializar o conhecimento e produzir uma geografia pautada na materialidade passa pela evidenciação do corpo dos sujeitos, não numa perspectiva dual e separada, mas como modo de vivenciar o mundo, de agir sobre ele, de organizar-se coletivamente para reivindicar melhorias diante da precariedade ao qual estão expostos.

Ao problematizar o corpo como possível categoria de análise para a geografia, defendo seu sentido estruturador na sociedade ocidental, aqui em especial a urbana, sendo um elemento que irá influenciar o modo como os sujeitos estão e são no mundo. Isto porque o corpo corresponde a materialidade que nos conecta ao nosso espaço e tempo, sendo também por ele que sentiremos estruturas que, na sociedade moderna capitalista, são fundamentalmente ancoradas nas características corporais (como é o caso do gênero, da raça, da sexualidade, do capacitismo).

Os corpos então auxiliam a desnaturalizar a produção e construção cotidiana deste espaço, que parte de “sonhares encarnados”, através das mãos, rostos e vozes apagadas e cerceadas, de modo significativo, pela ciência moderna hegemônica. Reitero



que tais reflexões são fruto de um trabalho em construção, existindo ainda um longo caminho a ser trilhado para comprovar a proposta defendida.

Sendo assim, até este momento, as observações e leituras levam a corroborar que, se o espaço geográfico passa sempre por uma localidade e um tempo, ele também será composto por diferentes corpos, marcados por raça, classe e gênero, atacados – em suas próprias peles – através de políticas de precariedade e que, nesta mesma dinâmica, se unem e contrapõem ao sistema que lhes é imposto, originando territórios de resistência e espaços que contradizem a lógica moderno colonial hoje hegemônica.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. 4^o edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e apolítica do empoderamento. 1^o edição. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____. **Interseccionalidade**. 1^o ed., São Paulo: Boitempo, 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos/ Organização Flávia Rios, Márcia Lima. 1^o Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento Feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 95-120, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 10^o edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2011.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento: Modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**, São Paulo: Cortez, p. 396-443, 2010;

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, n^o 32, s/v, dez, p. 123-151, 2016.

MORRISON, Toni. **A origem dos outros**: seis ensaios sobre racismo e literatura. 1^o edição. São Paulo: Companhia das letras, 2019.



MOTTA, Sebastiana de Oliveira. **Diário de Tiana:** uma experiência de fé na periferia de Curitiba. Curitiba: Livraria N. Senhora do Carmo, 1991.

OLIVEIRA, Danielle Willemann Sutil. **Entre vozes, espaços, cartografias e ações: os territórios da juventude do bairro Sítio Cercado e o ensino de geografia.** 265 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra. Universidade Federal do Paraná, 2018.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres:** construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. 1º edição. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

SILVA, Joseli Maria. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. In: SILVA, Joseli Maria (org). **Geografias subversivas:** discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta grossa: Todapalavra, p. 55-92, 2009.

SOUZA, Mayara Vieira de. **A função social da propriedade urbana na perspectiva dos movimentos sociais de luta por moradia.** 75 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Setor de Ciências Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPÓSITO, Marília Pontes. **A ilusão fecunda:** a luta por educação nos movimentos populares. São Paulo: Edusp, 1993.

VALLE, Lilian do. Categoria, Teoria, Conceito (para dizer o ser em múltiplos sentidos). **Trabalho, Educação e Saúde**, n°6, v. 2, out, s/p, 2008.

ZIBECHI, Raúl. **Territórios em resistência:** cartografia política das periferias urbanas latino-americanas/Raúl Zibechi. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.